



Telmo Miller

Velhos e novos

A salvaguarda e defesa do património edificado é um tema maior dos debates urbano-arquitectónicos e ambientais da contemporaneidade. O que é salvaguardar e o que é património não são, no entanto, noções estáveis...

São noções com uma fortíssima historicidade que começa por ser oitocentista (quando se defendia que monumentos e mesmo cidades deviam ser restaurados numa mítica verdade inicial) e percorrem os patamares da própria evolução da arquitectura ao longo do séc. XX: da intervenção violenta (com uso de materiais exógenos como o betão) ou impositiva, às várias gradações do que hoje entendemos por intervenção mínima que deixa respirar as ruínas e, sofisticadamente, as dota de condições de uso e ou fruição.

Simultaneamente à evolução dos critérios, mais ou menos teorizados, de intervenção em monumentos e sítios prestigiados, o dado mais espectacular, neste domínio, é a permanente extensão do que se entende

por património que deve ser preservado. Do conjunto restrito dos monumentos nacionais mais relevantes, património passou a ser, ao longo do século passado, peças ou conjuntos urbanos habitacionais, arquitecturas populares ou industriais, vestígios arqueológicos, e, no último quartel de novecentos, sítios, centros históricos, paisagens, mas também elementos morfológicos de articulação espacial, como ruas, muros, portões, árvores. O carácter invasor das exigências de salvaguarda patrimonial, sobre os lugares em que vivemos, é sentido por alguns (cada vez menos?) como peso excessivo em relação à legítima e também histórica pretensão de marcarmos o nosso tempo com as nossas opções, estéticas, técnicas, so-

ciais e culturais. Este ponto de vista, quando tratado com empirismo ou demagogia, ignora que sempre as comunidades humanas viveram em cidades, sítios e paisagens herdadas – vivemos na cidade dos mortos, poder-se-ia dizer poeticamente – onde a marca de sucessivos tempos presentes foi, secularmente, mínima e rapidamente integrada.

Esta lenta absorção do novo nos corpos dominadores do existente entrou em crise nos últimos 50/60 anos. O crescimento das cidades e a mundialização da economia, suportadas por um poder tecnológico inédito e imparável, conduziu-nos à inversão violentíssima da relação entre o novo e o velho nas cidades, sítios e paisagens: o primeiro impôs uma imensa su-

perioridade, em densidade, altura e, ironia aparente, fraquíssima durabilidade. Do que resulta uma situação fractal: as cidades (pedaços delas) e as paisagens novas, em que quase todos vivemos, pouco têm que ver com a imperiosidade de defender as heranças. Como os nossos velhos dos lares da terceira idade: visitamos às vezes mas ninguém os quer porque não acompanham a vertigem do tempo curto e a velocidade que nos determinam. Neste contexto, as exigências patrimonia-listas que hoje caracterizam as cidades e as paisagens europeias – e são, digamo-lo com clareza, uma das marcas mais gratifi-cantes do ser europeu – já não podem ser apanágio de classe de alguns, poucos e eli-tistas. Elas situam-se hoje, idealmente, no seio das comunidades que, com maior ou menor discernimento, assumem, como desígnio identitário, a sua defesa. Assim aconteceu, por exemplo, em Foz Côa.

O que passou a estar em causa, no âmbito cada vez mais alargado da salvaguarda e valorização dos patrimónios, é a nossa própria sobrevivência: fisicamente ameaçados pela exploração desadequada dos recursos planetários e condenados, se os construtores do novo pudessem, a viver em lugares sem memória, sem raízes, mudos apesar do ruído eufórico da nossa situação cosmopolita.

O enunciado de que não queremos viver


em cidades sem história – e que esta, em todas as suas dimensões, muito antigas ou mais recentes, heróicas ou vulgares, constringe as intervenções nos sítios e paisagens – é hoje assumido por todos os poderes e actores sociais, o que não quer dizer que seja cumprido. Entramos assim no tema que me foi proposto.

Não vou, no entanto, debruçar-me sobre erros patrimoniais concretos. A lista poderia ser mais ou menos extensa, marcada pela minha subjectividade. Prefiro falar na generalidade para reconhecer que os maiores erros neste domínio radicam na ausência de inventários extensivos actualizados, nas incúrias, mais ou menos intencionais, e na ausência de instrumentos eficazes de consertação de interesses, quando os patrimónios a defender são privados.

Esses erros advêm, mais profundamente, do facto de a defesa patrimonial – em sentido mais restrito e mais amplo – não ser ainda, para quase todos nós, o imperativo social e ético que devia ser. Falta-nos espessura cultural, ou seja, o amor suportado em conhecimento. Falta-nos orientação política, nacional, regional e local, o que quer dizer que quem nos governa não está comprometido de facto com o essencial das causas patrimoniais. Falta-nos também qualidade de investimento porque os nossos empresários são todos de-

masiado recentes e visam – porque os deixam – lucros imediatos a taxas altíssimas, ou seja, como dizia o povo, são especialistas em matarem as galinhas dos ovos de ouro.

Falta-nos, sobretudo, a capacidade de consertação entre as elites – não tenhamos medo de palavras – que, na verdade, são patrimonialistas. Cidadãos anónimos, especialistas das várias áreas, alguns políticos, alguns empresários sabem – sabemos – definir, sem dureza e com ponderação, o que deve ser feito para salvar objectos patrimoniais que podem ser um muro, uma casa, um moinho, um núcleo histórico ou um sítio na paisagem. Sabemos também que não podemos salvar verdadeiramente as memórias constitutivas se não exigirmos patamares de qualidade mínima às cidades novas que se vão edificando.

Termino sobre este último tópico: hoje, a grande questão patrimonialista não é a salvaguarda do passado, entendido em todas as dimensões temporais e espaciais. Porque para o salvarmos é do novo que temos de cuidar, ou seja, da qualidade urbana e paisagística do que vai sendo edificado, do ponto de vista arquitectónico e, essencialmente, do ponto de vista urbanístico. Se não o fizermos, os objectos patrimoniais salvaguardados são corpos mortos embalsamados, sem a seiva significativa que os tornaram importantes para nós. Podemos visitá-los, podemos mesmo amá-los e usá-los, como, dantes, a pequena burguesia usava a sua sala de jantar: raramente, com parcimónia e cerimónia. Se continuarmos a gerir assim a nossa relação com a património, as cidades e os sítios continuarão a morrer. Como se, em termos sociais, passássemos a cuidar bem os nossos velhos nos espaços higienizados de lares modelares, deixando a cidade viva às classes juvenis. Quem o quer? 



Télmo Müller

RAQUEL HENRIQUES DA SILVA,
Prof.^a Auxiliar (Doutorada)
do Departamento de História
da Arte da FCSH-UNL